

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Campus Experimental de Ourinhos

Patrícia Pompeu Martins

**COMPREENDENDO OS ASPECTOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO REGIME
MILITAR BRASILEIRO: RETROCESSO E APAGÃO CRÍTICO?**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Cristina de Oliveira Mello

Ourinhos – SP
Junho/ 2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Campus Experimental de Ourinhos

PATRÍCIA POMPEU MARTINS

**COMPREENDENDO OS ASPECTOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO REGIME
MILITAR BRASILEIRO: RETROCESSO E APAGÃO CRÍTICO?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de Bacharel em Geografia
pela UNESP – Câmpus Experimental de
Ourinhos.

Ourinhos – SP
Junho/ 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Cristina de Oliveira Mello (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista – Campus de Ourinhos

Prof^o. Dr^o Paulo Fernando Cirino Mourão
Universidade Estadual Paulista – Campus de Ourinhos

Prof^a. Dr^a. Noemia Ramos Vieira
Universidade Estadual Paulista – FFC – Campus de Marília

Ourinhos, 07 de junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação quanto pessoa e quanto profissional, e que de certa forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

Agradeço a professora Dr^a Márcia Cristina de Oliveira Mello, por me orientar nesse longo período de estudos, que não somente me auxiliou nesta pesquisa, mas também no decorrer da graduação.

A todos os professores, servidores e colegas que contribuíram para a minha formação profissional.

A minha gratidão eterna a minha mãe Fátima, que sem o seu apoio com certeza não teria força para chegar até aqui. Que dedicou horas de sonos noites adentro para me ajudar com trabalhos da universidade e principalmente com conselhos que me ajudaram nas horas em que tudo parecia impossível.

A meu pai Tadeu e aos meus irmãos Alessandra e Marcos que sempre estiveram ao meu lado, me fortalecendo de todas as formas.

A meu namorado Thiago, o qual me deu todo apoio às decisões dentro e fora da universidade, que aguentou todos os meus choros e desesperos nas horas difíceis. Gratidão pelas longas horas de conversas sobre assuntos “geográficos”, os quais contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

Por fim, a todos que estiveram ao meu lado nesses cinco anos de graduação, minha imensa gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa foca o ensino de Geografia durante o período militar brasileiro. Teve como objetivos identificar os estudos acadêmicos que abordam a temática regime militar e o ensino de Geografia no Brasil; elaborar um instrumento de pesquisa contendo dados sobre o ensino de Geografia no período militar para subsidiar pesquisas futuras; e iniciar uma aproximação ao entendimento de como o ensino de Geografia foi encaminhado no período militar brasileiro. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de procedimentos de localização, reunião, seleção e análise de fontes documentais. Concluiu-se que apesar do avanço teórico metodológico alcançado pela Geografia acadêmica no período analisado, o ensino da disciplina nas escolas foi marcado, conforme indicam os estudos, pela imposição do currículo e pela falta de liberdade dos professores na seleção dos conteúdos de ensino, sendo estes mais relacionados aos aspectos descritivos e menos críticos das conjunturas sociais e política do país.

Palavras-chave: ensino de Geografia; formação de professores de Geografia; ensino no período militar do brasileiro.

ABSTRACT

This research focuses on the teaching of Geography during the Brazilian military period. It aimed to identify the academic studies that approach the thematic military regime and the teaching of Geography in Brazil; To elaborate a research instrument containing data on the teaching of Geography in the military period to support future research; And to initiate an approximation to the understanding of how the teaching of Geography was sent in the Brazilian military period. This is documentary and bibliographic research developed through localization procedures, meeting, Selection and analysis of documentary sources. It is concluded that despite the theoretical methodological progress achieved by academic Geography in the analyzed period, the teaching of the discipline in schools was marked, as the studies indicate, by the imposition of the curriculum and by the teachers' lack of freedom in the selection of teaching contents, These being more related to the descriptive and less critical aspects of the social and political conjunctures of the country.

Keywords: Geography teaching; Geography teacher training; Teaching in the Brazilian military period.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1: Classificação dos estudos encontrados na pesquisa sobre o ensino de Geografia no Regime militar.....	18
GRÁFICO 2 : Unidades escolares do Ensino Primário comum/1º grau 1960-1984.....	43
TABELA 1: Categorias dos estudos encontrados na pesquisa sobre o ensino de Geografia no regime militar.....	18
TABELA 2: Aspectos do ensino de Geografia no período de 1964-1985.....	19
TABELA 3: Aspectos da formação docente em Geografia no período militar brasileiro.....	27
TABELA 4: Aspectos do livro didático de Geografia no período militar.....	35
TABELA 5: Aspectos da política educacional no período militar brasileiro.....	40
TABELA 6: Aspectos do legado da ditadura militar no ensino.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História

COLTED - Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático

EMC - Educação Moral e Cívica

FAE - Fundação de Assistência aos Estudantes

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LBD - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OSPB - Organização Social e Política do Brasil

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	10
2. OBJETIVOS.....	12
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
4. REGIME MILITAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL.....	14
4.1 Estudos acadêmicos sobre a temática do regime militar, educação e ensino de Geografia.....	14
4.1.1 Livros.....	14
4.1.2 Capítulos de livro.....	14
4.1.3 Artigos.....	15
4.1.4 Teses.....	16
4.1.5 Dissertações.....	17
4.1.6 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's).....	17
4.2 Aspectos do ensino de Geografia no período de 1964-1985.....	19
4.3 Aspectos da formação docente em Geografia no período militar brasileiro.....	27
4.4 Aspectos do livro didático de Geografia no período militar.....	34
4.5 Aspectos da política educacional no período militar brasileiro.....	39
4.6 Aspectos do legado da ditadura militar no ensino.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Helena Copetti Callai (2010) traz uma reflexão acerca dos desafios da Geografia ensinada nas escolas como alvo de questionamentos sobre a sua validade e sobre seus conteúdos curriculares. As pesquisas sobre o ensino de Geografia na atualidade estão exercendo um papel fundamental ao fazer uma reflexão sobre seu panorama atual, apontando novas formas de se pensar o ensino da disciplina nas escolas.

Segundo Castellar (2003), a Geografia toma importância nas escolas públicas primárias e secundárias brasileiras a partir do século XX. Com os avanços da própria Geografia acadêmica em cada período histórico as discussões tendem a repercutir no campo escolar.

Castellar (1999) nos traz uma discussão sobre o conceito de educação e a qualidade da educação em nosso país. Aponta, assim, um dos principais problemas encontrados na educação que é a insuficiência da prática e do conhecimento especializado que os professores têm sobre o ensino. Estes obviamente, não são os culpados pela qualidade do ensino, pois esta é uma questão muito mais profunda, e envolve uma dimensão estrutural. Castellar ainda aponta o descaso com a formação desse profissional, que é precária.

Historicamente, de acordo com Pontuschka (2013), desde a introdução da Geografia na escola brasileira, até os dias atuais, o ensino da disciplina passou por um processo de avanços e retrocessos. Destacamos como representativo de um possível retrocesso às características deste ensino no período militar brasileiro (de 1964 a 1985).

De acordo com Couto e Antunes (1999) naquele momento a política implantada passou a defender aos interesses político-ideológicos do grupo dominante e ignorar os interesses populares como de praxe, para então estabelecer o desenvolvimento econômico do país, como afirmam eles, para as classes dominantes da sociedade capitalista, isto é, as classes sociais que detêm os meios de produção e distribuição de mercadorias, a educação, ou mais especificamente a educação escolar, objetivava atender as suas necessidades econômicas, políticas e ideológicas.

Há 53 anos atrás no dia 1º de abril ocorreu o golpe militar que resultou em um período marcado por repressões políticas, censuras, reformas políticas, greves e manifestações, acentuação da concentração de renda, entre outras inúmeras variáveis que compreendem esse período brasileiro.

Desde o final da primeira metade do século XX o país passou por uma mudança no setor econômico através das políticas que impulsionaram a industrialização. De acordo com Lira (2010) no início da década de 1960 o país passou por uma crise industrial, momento em

que a população revoltada com a situação econômica do país saem as ruas pedindo por reformas políticas, a direita clamava a solução golpista com apoio dos militares, que resultou no golpe de 1964.

Para Lira (2010) o Estado que surgiu após o golpe de 1964 no Brasil correspondeu a uma redefinição política no país, sendo resultado da aliança entre os militares, empresários e os tecnoburocratas apoiados pela tradicional classe de fundiários. Nesse período os empresários que apoiaram os militares contavam com assistência de amigos estadunidenses, onde as relações entre esses dois países se estreitaram, os quais vão intervir na política e na educação do Brasil.

A Pedagogia tecnicista vinculada aos preceitos dos Estados Unidos foi introduzida para adaptar a escola para atender as exigências do mercado daquele período, pois consideravam este como um investimento para assegurar o aumento da produtividade. Em consequência disto, o objetivo poderia não ser o de formar mentalidades críticas, mas sim criar mão de obra em um tempo curto para suprir as demandas das empresas.

Considerando a necessidade de adequar o ensino ao regime político e social da época, segundo Demerval Saviani (2010) foram alteradas as bases organizacionais do ensino, tendo em vista ajustar a educação aos reclamados postos pelo modelo econômico do capitalismo, articulado com a doutrina de interdependência.

Ainda Saviani (2010) ressalta que essa tendência pedagógica advogou a reordenação do processo educativo de maneira que o tornou objetivo e operacional, de modo semelhante ao que ocorre no trabalho fabril, em que pretende-se a objetivação do trabalho. Trata-se, portanto, de uma Pedagogia acrítica que pode moldar os alunos de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

Através da reforma da educação com a Lei nº 5692/71 a Geografia assim como a História, a Sociologia e a Filosofia perdem espaço no currículo escolar quando foram introduzidos os conteúdos relacionados à disciplina de Estudos Sociais. Desta forma, torna-se importante compreender o que esse período representou para a história do ensino de Geografia, não só para que possamos entender o seu passado, mas as consequências no ensino atual.

Os resultados da Pedagogia tecnicista podem ter sido negativos na medida em que perdeu-se a especificidade da educação, comprometeu a criticidade do aluno, fragmentou o conhecimento, além de deixar professores e alunos em um contexto altamente autoritário, que ofuscava a liberdade do ensino e a autonomia didática. No caso da Geografia escolar, buscamos investigar por meio dos estudos produzidos até o momento, em que medida foi afetada direta ou indiretamente.

2. OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo geral compreender alguns aspectos do ensino de Geografia no período compreendido como regime militar brasileiro (1964-1985).

Como objetivos específicos foram delimitados:

- Identificar os estudos acadêmicos que abordam a temática regime militar e o ensino de Geografia no Brasil.
- Elaborar um instrumento de pesquisa contendo dados sobre o ensino de Geografia no período militar para subsidiar pesquisas futuras.
- Iniciar uma aproximação ao entendimento de como o ensino de Geografia foi encaminhado no período militar brasileiro.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação consistiu em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo bibliográfico se deu por meio de identificação, localização e recuperação de materiais já elaborados nos formatos de livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre o ensino de Geografia no período militar brasileiro.

Também foram consultadas as bases de dados eletrônicas, entre elas: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>; <http://bancodeteses.capes.gov.br/>; <http://dedalus.usp.br/>, <http://cutter.unicamp.br/>, e <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>.

A seleção dos trabalhos consultados para esta pesquisa se deu através dos títulos que estão relacionados ao tema ensino de Geografia no regime militar brasileiro.

Após localização dos títulos selecionados foram elaborados resumos dos textos e análises de acordo com os objetivos da pesquisa. Alguns trabalhos não puderam ser analisados devido ao fato de que os mesmos não estavam disponíveis na versão *online*, porém as referências estão disponíveis nas tabelas para uma consulta oportuna. Os resultados foram organizados em forma de tabelas e/ou quadros que auxiliaram na análise pertinente ao fato de a disciplina Geografia ter sofrido ou não um declínio no período considerado para análise. Esta compreende, portanto, uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo.

4. REGIME MILITAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

4.1 Estudos acadêmicos sobre a temática do regime militar, educação e ensino de Geografia

Durante a investigação foi elaborado um instrumento de pesquisa intitulado “Compreendendo aspectos do ensino de Geografia no regime militar brasileiro”. Este documento foi organizado com o objetivo de apresentar os estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil, desde os anos de 1964 até os dias atuais que apresentam considerações sobre o período militar, a educação e ao ensino de Geografia. Os dados foram apresentados em ordem alfabética por autor e subdivididos em formatos de: livros, capítulos de livros, teses, artigos de revistas, dissertação e trabalho de conclusão de curso, conforme apresentados abaixo.

4.1.1 Livros

1. GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
2. SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

4.1.2 Capítulos de livro

3. CALLAI, Helena Copetti. Aspectos teórico-prático na formação do professor de Geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; MORAES, Loçandra Borges de (Org). *Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia*. Goiânia: NEPEG, 2010, p. 15-37.
4. CASTELLAR, S. M. V. O ensino de Geografia e a formação docente. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 103-121.
5. JANOTTI, M. L. M. Imprensa e ensino na Ditadura. In: Antonio Celso Ferreira; Holien Gonçalves Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e seu tempo*. 1 ed. São Paulo: Unesp, v. 1, 2008, p. 95-116.
6. KRASILCHIK, Myriam. *O professor e o currículo das ciências*. EPU: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1987, p. 55-69.
7. PINHEIRO, Antonio Carlos. Geografia: ensino e pesquisa. In: ———. *O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses (1967-2003)*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 17-45.

8. PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Políticas públicas na trajetória do ensino e da formação dos professores: a construção de conhecimentos. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa (Org). *Formação pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão*. João Pessoa: Editora Mídia, 2013, p. 433-453.
9. VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004, p. 187-217.

4.1.3 Artigos

10. SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 53, p. 145-178, jan./jun. 2015.
11. CAMPOS, Rui Ribeiro de. Ditadura Militar, Geografia e MPB: uma proposta voltada ao ensino. *Geosul*, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 123-168, jan./Jun. 2008.
12. CASTELLAR, S. M. V. A formação de professores e o ensino de Geografia. *Terra livre*. São Paulo, n. 14, p.48-55, jan./jul. 1999.
13. COUTO, M. A. C.; ANTUNES, C. F. A formação do professor e a relação Escola Básica e universidade: um projeto de educação. *Terra livre*. São Paulo, n. 14, p. 30-40, jan./jul. 1999.
14. FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociologia*, Campinas, v. 27, n. 97 set./dez. 2006.
15. FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.
16. FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME. *História da Educação*, Santa Maria, v. 19, n. 45 Jan./Abr. 2015.
17. GRECO, Fátima Aparecida da Silveira. Currículo de Geografia: opção histórica, trama cultural, valores e pressupostos. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 137-158, jul. 2002.
18. KIMURA, Shoko. Território de luzes e sombras: a proposta de ensino de Geografia da CENP. *Terra Livre*. São Paulo, Ano XXV. V. 1, n. 32, p. 17-30, jan./jun. 2009.
19. MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.
20. NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 45, p. 340-346, mar. 2012.
21. OLIVEIRA, Mariana Xavier de; CORDENONSI, Andre Zanki. O discurso dos livros didáticos de Geografia: as diferenças entre o período militar e a primeira quinzena do século XXI. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, São Paulo, v. 29, p. 367-390, 2015.

22. PIZZATO, Maria Dilonê. A Geografia no contexto das reformas educacionais Brasileiras. *Geosul*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 95-137, jul./dez. 2001.
23. ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.
24. SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008.
25. VIANA, Iêda. A intervenção de intelectuais na reforma educacional do governo militar: discursos e práticas nas escolas municipais de Curitiba. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 243-268, jan./jun. 2015.
26. VIANA, Iêda. O ensino de História na ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21.1, p. 9-30, 2014.

4.1.4 Teses

27. BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)*. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
28. FIORI, Vivian. *As condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação*. 2012. 361f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
29. INACIO, Fátima Pacheco de Santana. *A política de formação de professores em Goiás no contexto dos acordos MEC-USAID (1961-1983)*. 2011. 421 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
30. LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
31. LOURENÇO, Elaine. *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970 - 1990)*. 2011. 316f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
32. PERALVA, Angelina Teixeira. *Reinventando a escola: a luta dos professores públicos do estado de São Paulo, na transição democrática*. 1992. [s.n.], São Paulo, 1992.
33. PINHEIRO, Antonio Carlos. *Trajétoria da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil 1972-2000*. 2003. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
34. POLONI, Delacir A. R. *A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos*. 1998. 338 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

35. SANTANA, Flavia de Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

4.1.5 Dissertações

36. ALMEIDA, Maria Isabel de. *Perfil dos professores da escola pública paulista*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
37. AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. *No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
38. ARAUJO, Isabella Belmiro. *Os livros didáticos de Geografia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): quando o ensino serviu, em primeiro lugar, para forjar a ideia de “país grande, país potência e em constante desenvolvimento”*. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.
39. PEDRO, Gabriel Brasil de Carvalho. *Dilemas de professoras ao ensinarem Geografia: a permanência dos Estudos Sociais nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
40. RESENDE FILHO, Carlos Moura de. *Livro didático de Estudos Sociais: um tipo de artefato de produção cultural marcado por continuidades e resistências aos ideais da ditadura militar (1970-1980)*. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
41. VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 2016. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

4.1.6 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's)

42. FERORDI, Cintia Regina. *As reformulações do ensino na ditadura militar (1964-1971)*. 2005. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.
43. FERREIRA, Cynthia Runia. *As políticas educacionais durante o regime militar (1964-1985)*. 2003. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

Após o desenvolvimento do instrumento de pesquisa foram elaboradas seis tabelas e dois gráficos para organizar os estudos encontrados.

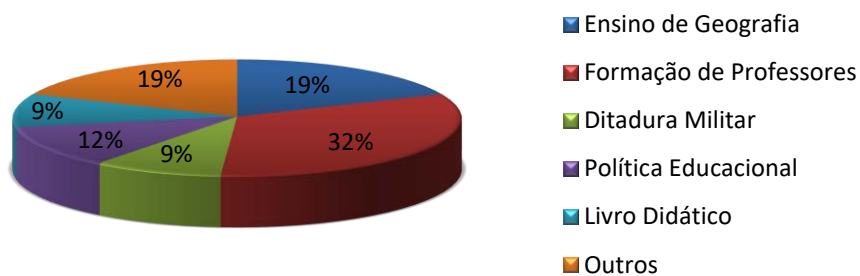
Tabela 1: Categorias dos estudos encontrados na pesquisa sobre o ensino de Geografia no regime militar

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TOTAL
Ensino de Geografia	08
Formação de professores	14
Ditadura militar	04
Política educacional	05
Livro didático	04
Outros	08
TOTAL	43

Conforme apresentado na tabela 1, encontramos 43 estudos que mais se aproximam de nossa pesquisa. A maior parte deles diz respeito à formação de professores, possivelmente devido ao fato de que as políticas educacionais implementaram medidas de reformulações significativas envolvendo o tempo de duração dos cursos e o próprio currículo de formação docente.

No gráfico 1, apresentamos a sistematização desses dados.

Gráfico 1: Classificação dos estudos encontrados na pesquisa sobre o ensino de Geografia no regime militar



4.2 Aspectos do ensino de Geografia no período de 1964-1985

Ainda na fase de sistematização dos dados organizamos os estudos relacionados ao ensino de Geografia no período de 1964 a 1965 e classificamos por título, autor, instituição, data e formato, conforme apresentamos na tabela 2.

TABELA 2- Estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1964 até os dias atuais, relacionados ao ensino de Geografia no regime militar brasileiro, organizados por título, autor, instituição, data e formato

ENSINO DE GEOGRAFIA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO			
TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
A Geografia no contexto das reformas educacionais Brasileiras	PIZZATO, Maria Dilonê	2001	Artigo de revista. Geosul
Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil: 1972-2000	PINHEIRO, Antonio Carlos	2003	Tese. Universidade Estadual de Campinas
O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica	VLACH, Vânia Rubia Farias	2004	Capítulo de livro. Papirus
Geografia: ensino e pesquisa	PINHEIRO, Antonio Carlos	2005	Capítulo de livro. Ed. Vieira
Ditadura militar, Geografia e MPB: uma proposta voltada ao ensino	CAMPOS, Rui Ribeiro de	2008	Artigo de revista. Geosul
Território de luzes e sombras: a proposta de ensino de Geografia da CENP	KIMURA, Shoko	2009	Artigo de revista. Terra Livre
Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer	MARTINS, Maria do Carmo	2014	Artigo de revista. Educar em Revista
O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970)	SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues	2015	Artigo de revista. História e Perspectivas

Este conjunto selecionado trata diretamente e/ou indiretamente sobre o ensino de Geografia no regime militar brasileiro. A ideologia educacional do período estudado aponta

para uma educação direcionada para o tecnicismo, conforme aponta Saviani (2010), desviando possivelmente a criticidade da Geografia e outras disciplinas para o foco no ensino profissionalizante.

Primeiramente precisamos entender os motivos pelos quais houve a reforma no ensino básico à época para assim chegamos às mudanças ocorridas no ensino de Geografia. Com a aceleração no processo de produção industrial na década de 1950, surge um novo cenário brasileiro, onde mudanças ocorrerão em todos os setores, inclusive no ensino.

No contexto do modo capitalista de produção, o ensino se torna uma das principais esferas que manterá esse sistema, pois, é através dele que se poderá formar a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Em decorrência desse fator, o Estado pode criar políticas para orientar as pesquisas no campo da ciência e tecnologia.

Kuenzer; Machado (1982, apud MIRA, 2009, p. 10209) aponta que a opção pela tecnologia educacional configurou-se, então, como a possibilidade de transpor, para o sistema de ensino, o modelo organizacional característico do sistema empresarial, visando à reordenação do sistema educacional com base nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, o qual de acordo com os autores, seus princípios partem da Teoria Geral de Administração (TGA), sistematizada por Frederick Taylor, que preconiza a racionalização do processo produtivo, por meio da fragmentação do trabalho, onde se tem mais controle e a maximização dos resultados sobre ele.

A reorganização do ensino de acordo com Mira (2009, p. 10210) acabou por contemplar:

- a operacionalização dos objetivos, de modo a garantir a eficiência do processo educativo;
- a ênfase à utilização de recursos audiovisuais no ensino e o desenvolvimento de componentes de instrução programada;
- a avaliação somativa e periódica (visando a verificar/mensurar o atingimento dos objetivos previamente elaborados);
- a separação entre os que planejam e os que executam o trabalho educativo, com a conseqüente fragmentação do processo pedagógico; e
- o planejamento e o controle do processo educativo pelos técnicos da educação/especialistas, de modo a assegurar a produtividade do processo.

Assim o tecnicismo estabelece a organização racional do ensino, que como resultado busca a maximização da formação de educandos, a partir de um ensino em que de acordo com Mira (2009) os professores e os alunos eram relegados a posições secundárias; não se valorizava a relação professor-aluno, pois o aluno devia relacionar-se com a tecnologia. E a

abordagem educacional era baseada em um ensino mnemônico e na neutralidade científica¹.

Pizzato (2001) analisou o ensino de Geografia dentro das reformas educacionais brasileiras ocorridas entre o período da década de 1930 e 1990, e a influência do capital sobre essas reformas. A pesquisadora expõe que a Geografia não deveria ser um estudo acadêmico destinado a atender interesses políticos institucionais e ideológicos, como foi e muitas vezes continua a ser usado.

Tais reformas estão carregadas de ideologias e interesses que se encontram distanciados das necessidades da sociedade como um todo, mas muito próximas dos interesses da classe dominante brasileira de cada período que não se preocupa com a qualidade do ensino, mas a finalidade do mesmo, como evidenciado em Pizzato (2001), sobre as reformas de Francisco Campos na década de 1930, reforma Capanema entre 1942 a 1946, no qual houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a formulação em 1961 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4024 de dezembro de 1961.

Assim, as reformas durante o regime militar brasileiro ocorridas em 1968 e em 1971, deram ao ensino básico um caráter ainda mais técnico profissionalizante, de forma a secundarizar as disciplinas das áreas de humanas.

De acordo com Martins (2014), que investigou o ensino das humanidades durante o período do regime militar brasileiro (1964-1985), os principais objetivos dos militares era buscar o reordenamento dos rumos da sociedade e do Estado, ou seja, a “ordem”, que de acordo com os militares, no Brasil estava disseminando a ideologia do comunismo. Na educação perceberam o caminho mais fácil para conseguir a tal ordem do Brasil, e conforme aponta Sintoni (1999 apud Martins 2014, p. 191), sobre o coronel Ferdinando de Carvalho a respeito do “comunismo”:

No seu entender no Ministério da Educação funcionavam “verdadeiros centros de comunização”, inspirados na “doutrina” formulada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e difundida por numerosos organismos controlados por comunistas como a Divisão de Educação Extra-escolar, a Campanha de Assistência ao Estudante, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos, o movimento de Campanha Nacional de Alfabetização e outros.

Para o coronel a educação era a difusora do comunismo, ou seja, para os militares, o ensino era algo a se preocupar o qual tinha influência sobre o pensamento da sociedade e

¹ De acordo com Oliveira (2008) a neutralidade implícita na tese de que a ciência é – ou não é – neutra é evidentemente uma neutralidade em relação a valores; prova disso é que em muitos contextos, em lugar de “a ciência é neutra” se diz sinonimamente “a ciência é livre de valores”.

demonstrava risco à ditadura. Pois as disciplinas de humanidades poderiam representar uma ameaça à ordem social e política, com isso em 1971 fizeram uma reforma no ensino através da Lei 5.692/71, o qual estabelecia um novo currículo para o ensino.

De acordo com o currículo disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia se tornaram conteúdos de Estudos Sociais no ensino de 1º grau. Foram introduzidas também as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), disciplinas estas que conforme os nomes já expressam contribuíam para formar o cidadão patriótico e inofensivo ao regime instaurado.

Naquele momento foram elaborados os *Guias Curriculares*, que de acordo com Sposito (1999):

Ficaram conhecidos como “verdão” devido a cor de sua capa quando foi divulgado, estes apresentavam objetivos gerais do ensino, objetivos específicos de cada disciplina do currículo escolar e, do, do rol de conteúdos a serem ministrados em cada uma das séries desse ensino. (p.24).

A utilização prolongada desses *Guias* pelos professores, de acordo com a autora, foi devido a sua obrigatoriedade. Conseqüentemente o material de apoio que o professor poderia utilizar eram os livros didáticos, estes estavam com seu conteúdo de acordo com os *Guias*.

Pinheiro (2003) ressalta que “Aparentemente o ensino não era compartimentado, todavia ao generalizar o conhecimento, tornava-se superficial e distante da realidade social.” (p.32). Diferente do que foi proposto na LDB, propositalmente, é claro.

O livro publicado pelo Ministério da Educação e Cultura em 1980, aponta que:

“Todo currículo compreenderá educação geral e formação especial: Educação geral—exclusiva nas séries iniciais que transmite a base de conhecimentos comuns, indispensáveis à formação humana no nosso tempo; Formação especial—fixada em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.” (p.14)

E de acordo com o mesmo, os objetivos do ensino de 1º grau são: sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho; E no ensino de 2º grau—habilitação profissional. As disciplinas para o ensino de 1º grau estavam estabelecidas no currículo como disciplinas obrigatórias, e no ensino de 2º grau as nas séries iniciais estavam as disciplinas obrigatórias e também as disciplinas que eram escolhidas pelos alunos de acordo com a habilidade profissional que o aluno pretendia.

De acordo com o currículo estabelecido pela Lei 5692/71, as disciplinas ficam distribuídas desta forma:

I—No ensino de 1º grau:

a) nas séries iniciais, sem ultrapassar a quinta, sob as formas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo a matemática), tratadas predominantemente como atividades;

b) em seguida, e até o fim desse grau, sob as formas de Comunicação em Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Matemática e Ciências, tratadas predominantemente como áreas de estudo.

II—No ensino de 2º grau:

Sob as formas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilidades profissionais pretendidas pelos alunos. (Brasil, 1980, p. 18)

Desta forma como estabelece o currículo, Estudos Sociais é introduzido nas séries finais do ensino de 1º grau como área de estudos. A Geografia no Ensino de 2º grau tinha sua carga horária bem menor que no ensino de 1º grau, com isso a “bagagem” de Geografia que os alunos tinham era decorrente de Estudos Sociais e das poucas aulas do 2º grau.

Martins (2014) ressalta que as disciplinas OSPB e EMC tinham os princípios especialmente de promover o entendimento da ordem social e do organograma estatal. Ou seja, retiram-se as disciplinas de humanas que tinham caráter de estudar e fazer-nos pensar sobre as relações do ser humano com a natureza e as relações sociais, e estabelece disciplinas de cunho mnemônico. Não somente a Geografia sofreu grandes perdas, como também outras disciplinas da área de humanas.

Santos e Nascimento (2015) trazem um ponto de vista particular frente aos autores brasileiros que estudaram o ensino no regime militar. No artigo publicado em 2015 e intitulado “O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970)”, nos relatam que a ideia de implementar a disciplina de Estudos Sociais já existia desde a década de 1920, conforme apontam os autores: “No entanto, as primeiras discussões em torno do tema remetem, no Brasil, aos anos 1920, no contexto da introdução do movimento da Escola Nova no país.” (p. 149).

Com o movimento Escola Nova, de acordo com Gadotti (1999 apud Santos e Nascimento, 2015. p. 149), os pioneiros da Educação Nova procuraram fundamentar seus pressupostos metodológicos na ação, afirmando que esta “[...] valorizava a autoformação e a atividade espontânea da criança”. O objetivo de Estudos Sociais, que já existia à época era ser uma disciplina interdisciplinar que fosse para o aluno uma formação social do período e do meio em que vive. Este foi um pensamento introduzido no Brasil através das

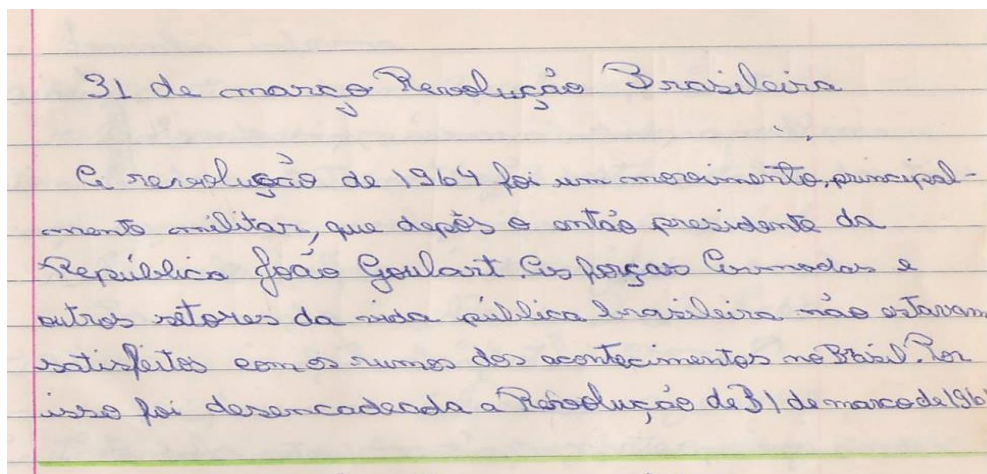
ideologias estadunidenses, que na primeira metade do século XX influenciariam a educação, como ocorreu com Delgado de Carvalho.

Penteado (1991 apud Rocha, 2000, p. 134) lembra que na Lei nº 5692/71 e no parecer nº 853/71, Estudos Sociais constituíam:

[...] uma área de estudos que tem por objetivo a integração espaço-temporal do educando, servindo-se para tanto dos conhecimentos e conceitos da História e Geografia como base e das outras ciências humanas – Antropologia, Sociologia, Política, Economia – como instrumentos necessários para a compreensão da história e para o ajustamento ao meio social a que pertence o educando.

Além disso, de acordo com Rocha (2000), o parecer nº 853/71 definiu que o ensino de Estudos Sociais deveria ser abordado nas quatro primeiras séries do então primeiro grau em forma de “atividades” e nas quatro séries finais como “área de estudo”. Porém, o ensino de Estudos Sociais diferente do que foi proposto, acabou se tornando uma disciplina rasa de conceitos relacionados principalmente à História e a Geografia.

Abaixo apresento, como forma de ilustrar o papel da disciplina à época, um trecho do caderno de Estudos Sociais da 3ª série, do então Ensino de primeiro grau, da aluna Fernanda da Silva Martines, no ano de 1981, da Escola Municipal de 1º Grau Rui Bloem, localizada no município de São Paulo.



Página do caderno de Estudos Sociais da aluna Fernanda da Silva Martines, 1981.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Ensino de Geografia - Unesp, Ourinhos (2017).

De acordo com o trecho apresentado, o que era ensinado aos alunos sobre a ditadura militar relacionava-se com a ideia de que esta era nada mais que uma “revolução brasileira”, que ocorreu para colocar o país em “ordem”. A ditadura representou e ainda representa para muitas pessoas, principalmente os que viveram nessa época e de forma

“passiva”, uma salvação para o país, já que era uma possibilidade para “arrumar” o Brasil, como vimos no trecho do caderno da aluna, os alunos eram ensinados a pensar na ditadura como se realmente fosse algo benéfico para o país.

Gadotti (1999 apud Santos e Nascimento, 2015) discorre sobre a Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, da seguinte forma: “Havia certa flexibilidade na proposta da lei, uma vez que a escolha dos conteúdos ocorria na escola e o currículo apresentava uma configuração própria, de acordo com a instituição de ensino.” (p.168).

Considerando que até poderia existir uma certa flexibilidade na proposta da lei, porém, na realidade, Saviani (2010) e Kimura (2009) apontam, que de fato, tivemos um ensino totalmente autoritário, onde as escolas e muito menos os professores tinham autonomia sobre a escolha do que era ensinado.

Santos e Nascimento (2015, p.153) ressaltam também que os professores formados em escolas normais, sem o peso do ensino universitário facilitariam a introdução da disciplina de Estudos sociais na escola. Muito diferente disso, a introdução desses profissionais em sala de aula, de forma aligeirada, acabou comprometendo mais ainda a qualidade do ensino, tanto por não estarem capacitados com os conteúdos acadêmicos da disciplina, como também, não estarem preparados didaticamente para atuar em sala de aula.

Pinheiro (2003, p.26), reafirma no estudo sobre o ensino de Geografia no Brasil entre a década de 1960 e 1970, que o país nesse momento sofreu muita influência estadunidense, como já mencionamos, e na educação foram firmados acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), o qual objetiva:

[...] desenvolver nos países em desenvolvimento, programas de ajuda financeira e assessorias técnicas. Em relação a escola, preconizava-se estabelecer uma relação de eficácia entre recursos aplicados e produtividade, como melhorar os conteúdos, os métodos e técnicas de ensino. Pretendia-se transformar a escola, a fim de torná-la mais eficaz para o desenvolvimento do país.

Mais especificamente essa era a implantação do tecnicismo no Brasil, um ensino que possibilitaria maior controle produtivo e ideológico sobre a população, afim de que as pessoas se adaptassem, mais rapidamente, ao novo padrão de acumulação que estava sendo instalado, conforme aponta Pinheiro (2003, p.27).

Então de acordo com os estudos que encontramos, haviam dois principais motivos para a reforma no ensino, o primeiro relacionado a necessidade de mão de obra técnica para suprir a demanda do capitalismo industrial, e, o segundo motivo relacionado ao

controle social para através do ensino não só conseguirem os trabalhadores técnicos que as empresas precisavam, mas também conseguirem moldar e controlar a sociedade. Sem os cidadãos críticos em sala de aula, o problema como a subversão que eram os atos contra a ditadura, seriam contidos.

Sabemos que a educação possui intencionalidades em sua formação, e a intencionalidade principalmente não surge de quem forma cidadãos, mas de quem cria as bases curriculares da escola. O currículo escolar é um caminho pré-determinado para que o aluno possa traçá-lo e não para que possa construí-lo juntamente com o professor, a educação é pensada para formar uma certa sociedade de um determinado tempo e não para que essa sociedade faça-se por si mesmo.

Até o momento concluímos que para além do período do regime militar brasileiro, os estudos nos mostram que alguns ideais das reformas na educação do regime militar permanecem vivos até os dias atuais, como é o caso dos ensinoss profissionalizantes que cada vez mais ganham força no mercado com o objetivo de atender as demandas da sociedade atual, do Estado e ao controle dos organismos internacionais.

Apesar de que os anos sombrios tenham acabado, não significou para o ensino uma abertura crítica nas salas de aulas das escolas, o ensino de Geografia, por exemplo, não continuou o mesmo de conteúdo unicamente mnemônico, mas em determinadas situações mostra que não avançou muito a isto. Por exemplo o estado de São Paulo além do *Guia Curricular*, possui o *Caderno do Aluno*, os professores devem seguir os conteúdos desse caderno o qual já possui perguntas ao final de casa assunto bem como, as propostas de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula.

O uso do caderno do aluno se torna uma problemática, quando os professores fazem apenas o uso deste material em suas aulas, sendo este obrigatório, mas não de uso exclusivo, os professores podem fazer uso de outros materiais, porém muitos preferem a comodidade do assunto e atividades que já vem preparado.

Conforme vimos, o ensino de Geografia sofreu e vem sofrendo significativas perdas desde a década de 1960, com repressões e reformas que em dados momentos da história a fizeram perder muitos conteúdos, e até mesmo a tiraram do currículo como disciplina, dando-a um novo caráter, a de formação de um Estado que não fazia parte da realidade da população brasileira, Maquiando-a.

A seguir trataremos de alguns aspectos da formação docente em Geografia no período da ditadura militar no Brasil.

4. 3 Aspectos da formação docente em Geografia no período militar brasileiro

Sobre a formação docente em Geografia foram localizados 13 estudos, até o momento, cujos dados apresentamos na tabela 3.

TABELA 3- Estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1964 até os dias atuais, relacionados a formação de professores na ditadura militar brasileira, organizados por título, autor, instituição, data e formato

FORMAÇÃO DE DOCENTE			
TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
O professor e o currículo das ciências	KRASILCHIK, Myriam	1987	Capítulo de livro. Editora da Universidade de São Paulo
Perfil dos professores da escola pública paulista.	ALMEIDA, Maria Isabel de	1991	Dissertação. Universidade de São Paulo
A formação de professores e o ensino de Geografia	CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella	1999	Artigo de revista. Terra Livre
Formação do professor e a relação Escola Básica e universidade: um projeto de educação.	COUTO, M. A. C.; ANTUNES, Celso F. A	1999	Artigo de revista. Terra Livre
Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil	ROCHA, Genylton Odilon Rego da.	2000	Artigo de revista. Terra Livre
O ensino de Geografia e a formação docente.	CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella	2003	Capítulo de livro. Ed. Pioneira Thomson Learning
A ditadura militar e a proletarização dos professores	FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa	2006	Artigo de revista. Educação & Sociologia
No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.	AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques	2009	Dissertação. Universidade de São Paulo

Aspectos teórico-prático na formação do professor de Geografia.	CALLAI, Helena Copetti	2010	Capítulo de livro. NEPEG
A política de formação de professores em Goiás no contexto dos acordos MEC-USAID (1961-1983)	INÁCIO, Fatima Pacheco de Santana	2011	Tese. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação
A criação das licenciaturas curtas no Brasil	NASCIMENTO, Thiago Rodrigues	2012	Artigo de Revista. Revista HISTEDBR on-line
As condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação	FIORI, Vivian	2012	Tese. Universidade de São Paulo
Políticas públicas na trajetória do ensino e da formação dos professores: a construção de conhecimentos.	PONTUSCHKA, Nídia Nacib	2013	Capítulo de livro. Ed. Mídia
Produção geográfica e ruptura crítica : a Geografia uspiana entre 1964 e 1985.	VERDI, Elisa Favaro	2016	Dissertação. Universidade de São Paulo

A formação de professores no Brasil tem sua trajetória muito recente, a criação de universidades no país data da primeira metade do século XX, este era um ensino extremamente elitista, poucas pessoas tinham a possibilidade de ir para as escolas, e as universidades no Brasil basicamente eram para formar uma elite intelectual.

A formação de professores no Brasil de acordo com Rocha (2000) se deu a partir da década de 1930 através do decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, em que o ministro Francisco Campos renovou o ensino superior com a introdução do sistema universitário. Anterior à criação das universidades para formação de professores, profissionais de várias áreas de formação como médico, farmacêutico, advogados etc. que não obtinham êxito em suas profissões, partiam para lecionarem em escolas. Somente após a criação destas que surgiram os professores especializados para lecionarem nas escolas, além do mais, como veremos mais à frente, esses docentes não eram em quantidades suficientes para suprir a demanda das escolas.

Na década de 1960 as universidades ainda não eram suficientes para suprir a carência de docentes no país. Nascimento (2014) ressalta que havia uma concentração destas nos grandes centros urbanos, gerando um agrupamento de formados, em certas áreas, e uma carência constante em outras, a respeito das faculdades de Filosofia. O autor nos mostra também que a situação de professores preparados para lecionarem estava tão ruim que aplicava-se um exame de suficiência, e que para lecionarem não era tão importante ter o conhecimento da disciplina, mas se soubessem ler e escrever era o suficiente para irem para a escola.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegou a ofertar cursos de aperfeiçoamento de professores para alunos de graduação, professores do ensino primário e universitário e para orientadores pedagógicos ao menos duas vezes por ano.

Durante a nossa pesquisa foram consultados 15 números de periódicos do IBGE, que datam do ano de 1965 (ano que iniciam os cursos de aperfeiçoamento de professores de Geografia dentro do período militar) até o ano de 1972, que foi o último curso ofertado.

O IBGE oferecia cursos de aperfeiçoamento que abordavam, por exemplo, temas de cartografia, Geografia urbana, orientação etc. Inicialmente os cursos eram ofertados no estado de Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro), e através da grande demanda de outros estados. Alguns professores que trabalhavam em departamentos do IBGE passaram a ministrar cursos em diversas cidades de estados brasileiros a pedido das universidades, como: Rio de Janeiro (GB), Fortaleza (CE), Bauru, Lorena, Lins (SP) e Paranavaí (PR).

Segundo o *Boletim Geográfico*, nº 229, de julho-agosto de 1972, foram ministrados dois cursos nas cidades de Rio de Janeiro (GB) e em Fortaleza (CE), que atingiram 222 professores de 18 estados brasileiros, evidenciando que os cursos de aperfeiçoamento do IBGE estavam cada vez mais divulgados entre os professores e alunos de graduação que buscavam por aperfeiçoamento pedagógico.

Esses cursos serviam para aprimoramento de alguns temas em que os professores ou alunos de graduação sentiam mais necessidades, pois encontravam dificuldades ao trabalhá-los em sala de aula, principalmente devido as licenciaturas curtas, que não visavam a qualidade do ensino da formação de professores.

Os temas abordados no Curso de Informação Geográficas para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, ocorrido no mês de julho de 1965, foram:

6. 2. 1. Cartografia
 6. 2. 2. Geografia Física Geral e do Brasil
 6. 2. 3. Geografia Humana do Brasil
 6. 2. 4. Geografia do estado da Guanabara
 6. 2. 5. Metodologia da Geografia
 6. 2. 6. Trabalhos práticos.
- (*Boletim Geográfico*, 1965, p. 525).

Os cursos serviam para dar continuidade ao plano da ditadura e oferecer subsídios aos professores que se formaram nas licenciaturas curtas, onde o ensino foi extremamente precarizado e os professores se formavam, possivelmente com deficiências.

No curso de Férias da Guanabara em junho de 1972 obteve-se 212 inscritos com certificado de aprovação de 143 professores. Este curso não foi especialmente para professores de Geografia, mas uma adaptação para professores de História, pois os mesmos com a Reforma do Ensino também poderiam lecionar aulas de Geografia. O fato de que os professores com formação em outras áreas ensinarem na disciplina de Geografia pode representar uma evidência de precariedade desse ensino.

Assim a docência em Geografia pode ter arrastado sequelas dos anos sombrios da ditadura, aliás, foram decorrência dos longos anos da educação brasileira, que se acentuou como uma problemática maior, a partir daquele período. De acordo com Ferreira Junior e Bittar (2006) no passado os professores da escola pública brasileira provinham das classes médias e altas. Essa era uma profissão considerada respeitável dentro da sociedade, haviam poucos professores e poucas escolas, a partir da década de 1970 com as políticas de expansão do ensino, devido a necessidade de pessoas aptas a exercerem funções dentro das indústrias, houve a emergência de criação de escolas em todo o território nacional, e para isso, profissionais docentes para lecionarem.

A partir das políticas de expansão econômica, o Estado se depara com esse entrave da falta de mão de obra especializada, e tem na educação a solução de dois impasses, a educação vem como um aparelho ideológico de Estado e também a formação de mão de obra necessária.

Na criação de escolas para a formação dessa mão de obra, o Estado se depara com a necessidade de profissionais professores, que eram pouquíssimos naquela época. Cria-se o aligeiramento da formação de docentes para atender essa nova face da sociedade trabalhadora.

Rocha (2000, p. 133), nos lembra que foi a partir da Lei n. 4.024, de 1961, que estabeleceu a LDB, que os cursos de formação de professores de Geografia passaram a ter uma nova organização. Esta legislação também passou a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de formação docente. Assim, o curso de graduação

em Geografia passou a ter quatro anos de duração, e no currículo mínimo estudavam os seguintes temas:

Geografia Física;
 Geografia Biológica ou Biogeografia;
 Geografia Humana;
 Geografia Regional;
 Geografia do Brasil;
 Cartografia.
 Duas matérias escolhidas dentre as seguintes:
 Antropologia Cultural;
 Sociologia;
 História Econômica Geral e do Brasil;
 Etnologia e Etnografia do Brasil;
 Fundamentos de Petrografia, Geologia, Pedologia;
 Mineralogia;
 Botânica. (p.133)

Essas disciplinas segundo o autor, permaneceram na Reforma Universitária de 1968 realizada pelos militares, e acrescentaram apenas a obrigatoriedade das disciplinas: ensino-aprendizagem das matérias pedagógicas, Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros, que corresponde a disciplina Educação Moral e Cívica ensinada na escola.

As disciplinas de cunho pedagógico como citei anteriormente, só apareceram no currículo das universidades a partir da Reforma Universitária de 1968, ou seja, o curso de Geografia aparenta privilegiar mais a formação do Geógrafo até aquele momento.

Em 1964 foi aprovada a criação de três modalidades de licenciatura nas áreas de Letras, Ciências e Estudos Sociais, para a formação de professores polivalentes, estes tinham a duração de três anos. Em 1966 foi estabelecido o currículo mínimo em Estudos Sociais que teria duração de 2.025 horas. Para Gonçalves (1989 apud Poloni 1998) a introdução de Estudos Sociais servia para a educação apenas para o fazer e agir no lugar do refletir sobre a sociedade.

Surge então, as licenciaturas curtas, que de acordo com Nascimento (2014) a perspectiva era a do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis. Em janeiro de 1972 o Conselho Federal de Educação reduziu ainda mais a duração das licenciaturas curtas, passando a ser de 1.200 horas, para formação de mais professores em menos tempo. Na perspectiva dos militares, mais valeria uma formação aligeirada do que formação alguma, para poder suprir a necessidade de professores.

Newton Sucupira fazia parte do Conselho Federal de Educação em 1964, foi quem elaborou uma proposta a respeito das licenciaturas curtas e da formação polivalente com a justificativa de que:

[...] a escola média brasileira vem se defrontando com sério obstáculo ao seu processo de expansão, o sensível déficit de pessoal docente qualificado, o que obriga a improvisação de professores em detrimento dos padrões de ensino. Essa expansão, contudo, não se fará no ritmo desejado ou será menos entravada se não produzirmos professores em quantidade suficiente para assegurar o aumento da escolarização programado. Para justificar o professor polivalente em primeiro lugar o professor de ginásial não há de ser um especialista puro; em segundo lugar, do ponto de vista pedagógico formativo o ideal seria que, no primeiro ciclo, o mesmo mestre se ocupasse de várias matérias; finalmente, porque contribuiria para resolver o problema da falta de professores. (SUCUPIRA 1964, apud NASCIMENTO 2012, p. 343).

A colocação das palavras nesta proposta do conselheiro deixa claro o tipo de educação que eles objetivavam, uma produção desmedida de professores sem a preocupação com o que esses professores aprenderiam e ensinariam para seus alunos, em nenhum momento a qualidade do ensino tinha valor, pois não há como improvisar professores quando se fala de qualidade.

A LDB nº 5.692 de 1971, em seu capítulo V indica que a formação de professores para atuar no então primeiro grau exigia habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, obtida em curso de curta duração.

Para Saviani (2008 apud NASCIMENTO, 2012, p. 340) a orientação do ensino nesse período estava baseada em:

Princípios de racionalidade técnica, eficiência e produtividade, “máximo resultado com o mínimo dispêndio”, valorização dos aspectos quantitativos em detrimento da qualidade do ensino e favorecimento da participação privada nas atividades de ensino.

Ou seja, um ensino que privaria toda a racionalidade do aluno de pensar sobre o período em que estava vivenciando, justamente para que o seu aprendizado na escola apenas o levasse a fazer o que o sistema exigia.

Os Estudos Sociais era uma das licenciaturas mais procuradas pelos professores que se formavam na época, pois se formavam em licenciatura curta polivalente, que poderiam lecionar legalmente além dessa disciplina, as disciplinas de Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica.

Em decorrência da busca por cursos de carga mais rápida como é o caso de Estudos Sociais, aumentava a defasagem do ensino de Geografia, pois professores que legalmente estavam habilitados para o cargo, na prática não conseguiam lecionar essa disciplina qualitativamente, o que era a lógica da educação do período, a função era formar cidadãos nacionalistas acrícos que servissem de mão de obra para o desenvolvimento do país conforme o pensamento dos militares. De acordo com Rocha:

[...] inúmeras instituições de ensino superior fecharam suas licenciaturas plenas em Geografia, optando pelos cursos de Estudos Sociais, fato verificado, sobretudo em instituições particulares que viram nas licenciaturas curtas um grande filão econômico. (2000, p. 136).

Ainda segundo Rocha (2000) devido à pressão promovida por estudantes, professores, sobretudo pelas entidades representativas das categorias atingidas como a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), os cursos de formação em Estudos Sociais foram sendo aos poucos eliminados.

Ferreira Júnior e Bittar (2006) ressaltam o que denominam de proletarização dos professores, que em decorrência da alta quantidade formação de professores, o que anteriormente era basicamente formado pela classe média a alta², nesse momento se populariza e vai haver o que segundo os autores ressalvam:

[...] que a antiga categoria de professores sofrem um processo de mobilidade social vertical descendente, e determinadas frações da classe média baixa ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social. (p.1167).

Castelar (1999, p.51) faz uma discussão acerca do descaso e da precarização da formação dos professores, apontando que esta é uma questão muito mais complexa, pois se trata de um sistema educacional com problemas estruturais que resultará em um ensino básico de baixa qualidade, em decorrência da má formação destes profissionais.

Para além da precarização na formação desse professor, ele acaba esbarrando nos problemas que as escolas já possuem, como por exemplo, a sua estrutura, já que apresentam ao professor uma estrutura inadequada para um ensino de qualidade. Desta forma, para a autora o ensino de Geografia sofreu um declínio, envolvendo desde o processo de formação docente para atuar no campo profissional até a base de sua constituição enquanto disciplina escolar, pela substituição por Estudos Sociais.

Conforme observamos nos estudos citados, apesar de que o período da ditadura ter sido para o ensino de Geografia um período sombrio, notamos ter surgido naquele momento a Geografia crítica, ou as Geografias críticas, modificando e/ou ampliando os conceitos geográficos mantidos até então.

² Para BOSI (1978 apud Grohmann, 2014) esse termo aparece somente ligado à economia, as classes A, B e C correspondem à classe alta, média e baixa de acordo com critérios econômicos: vemos que os grupos de renda mais alta leem mais jornais que os de renda menor". (p.175)

O conceito de território, por exemplo, conforme Boligian (2003) começou a se ampliar na Geografia em meados da década de 1970 com advento da Geografia crítica que tem uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, diferente da Geografia tradicional que se preocupava mais em descrever a relação homem-natureza e apresentava um conceito de território relacionado as bases físicas da extensão do território nacional, envolvendo suas fronteiras.

Como sabemos a Geografia Crítica no Brasil tem como principal expoente o professor Milton Santos, que trouxe as discussões sobre o território e sociedade e o papel do Estado. Uma discussão bastante intrigante, se levarmos em conta o período ao qual esta nova face da Geografia surgiu, um período de perseguição intelectual, porém, é pertinente ressaltar que essa Geografia surge no âmbito acadêmico, e não chega a todas as escolas, infelizmente. Por esta razão pode ser que ainda haja um desencontro entre a Geografia acadêmica e a escolar, até os dias de hoje. Problema este que ainda precisamos superar.

A reforma universitária precarizou ainda mais o ensino não só na Geografia, mas em todas as outras ciências, com as licenciaturas curtas que objetivavam principalmente a quantidade de professores formadas e não a qualidade a que se formavam. A Geografia sofreu também com a censura nas universidades, muitos professores importantes foram exilados por conta de sua ideologia, bem como livros e conteúdos de disciplinas também.

Dado ao contexto trataremos a seguir da materialização do currículo proposto na época, em forma de livro didático.

4.4 Aspectos do livro didático de Geografia no período militar

Na tabela 6 organizamos os estudos relacionados ao livro didático de Geografia, no período militar brasileiro.

TABELA 4- Estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1964 até os dias atuais, relacionados ao livro didático no regime militar brasileiro, organizados por título, autor, instituição, data e formato.

LIVRO DIDÁTICO			
TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
Livro didático de Estudos Sociais: um tipo de artefato de produção cultural marcado por continuidades e resistências aos ideais da ditadura militar (1970-1980)	RESENDE FILHO, Carlos Moura de	2014	Dissertação. Universidade Federal da Paraíba

As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME	FILGUEIRAS, Juliana Miranda	2015	Artigo de revista. História da Educação
Os livros didáticos de Geografia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): quando o ensino serviu, em primeiro lugar, para forjar a ideia de país grande, país potência e em constante desenvolvimento	ARAUJO, Isabella Belmiro	2015	Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
O discurso dos livros didáticos de Geografia: as diferenças entre o período militar e a primeira quinzena do século XXI	OLIVEIRA, Mariana Xavier de; CORDENONSI, André Zanki	2015	Artigo de revista. Revista do Departamento de Geografia – USP

A partir da década de 1960, de acordo com Guimarães (2012, p.93) o Estado impulsionou a indústria editorial, vinculando-a diretamente ao processo de ampliação de produtos educacionais.

Resende Filho (2014) pontua o que muitos autores concordam que a educação foi e continua sendo muitas vezes, instrumento de poder. E naquele momento para os militares a educação seria o condutor ideal para se propagar o ideário desejado. Desta forma a reforma da educação teve seu caráter de urgência, de acordo com o autor, em maio da década de 1970 foi formado um grupo que discutiriam a reforma que foi implantada em agosto de 1971.

Trata-se de um período de discussões muito curto levando em consideração a complexidade do que estava em pauta, que era a educação, discussões estas que deveriam ser tomadas por quem estava na sala de aula todos os dias e que sabiam a real necessidade da educação, porém o objetivo não era sanar os problemas da educação, mas, torná-la um difusor de suas ideologias.

Na mesma lógica os militares que estavam no poder colocaram na prática os seus ideias de país desenvolvido. Com a preocupação do que seria ensinado nas escolas, houve a necessidade de repressão e restrição dos conteúdos didáticos dos livros. (MOREIRA, 1990).

Guimarães (2012) aponta que o livro didático assumiu a forma do currículo e do saber histórico nas escolas através da Lei 5692/71. Nesse período os militares estabelecem a isenção de impostos em todas as fases da produção e comercialização de livros, jornais e periódicos, além da renovação tecnológica para incentivar essas indústrias.

Gomes (2009) ressalta que através de pesquisas em bancos de dados, constatou-se que surgiu significativa quantidade de novos autores de livros didáticos de Geografia

durante a década de 1970 no Brasil, devido ao grande incentivo as indústrias editoriais. O mesmo autor salienta que, esses novos autores que surgiram estavam mais predispostos a lidarem com as novas exigências metodológicas, pedagógico/educacionais e editoriais que se impuseram nesse momento. Dessa forma os autores mais tradicionais como Aroldo de Azevedo, um dos maiores autores de livros didáticos de Geografia entre a década de 1940 á 1960, acabou por ficar ao esquecimento.

Resende Filho (2014, p.60) relata que o uso do livro didático não era apenas para ajudar a planejar uma aula, mas sim para comandar a aula do professor, ou seja, era o guia, sendo assim não haveria a necessidade de buscar outro recurso educativo. Conforme Sposito (1999), os guias curriculares divulgados a partir da LDB 5692/71, passaram a ser uma bíblia para os professores.

Segundo Gomes (2009) esse momento representou para a Geografia um embaralhado de acontecimentos. Pois devido a censura pelos militares, muitos autores importantes para a Geografia foram exilados, como por exemplo, Milton Santos, Josué de Castro, Paulo Freire e Darcy Ribeiro entre outros autores que também foram importantes para a Geografia brasileira, não só foram exilados, como também tiveram seus livros censurados.

Juntamente a essas censuras de grandes livros importantes para a Geografia, através da LDB 5692/71 que trata da reforma do ensino, a Geografia vai perdendo espaço dentro da escola, pois além de diminuir sua carga horária em algumas séries, em outras se torna conteúdo de Estudos Sociais. Há também a criação dos *Guias Curriculares* em que os livros são totalmente apoiados nestes. Todos esses acontecimentos significaram grande perda para o conteúdo do livro didático de Geografia.

Os autores Oliveira; Guimarães; Boméry (1984 apud Araújo, 2015, p. 87) elencam que o livro didático passa a ser um instrumento de dupla função, isto é, ao mesmo tempo em que possibilita trabalhar com os conteúdos também possibilita manter as práticas de ensino.

Ao mesmo tempo em que o livro se tornava o aliado para conduzir o que o aluno deveria aprender naquele momento, se tornou um produto de grande interesse do mercado, devido a ampliação no que tange à quantidade de escolas e alunos, que teve seu início a partir da década de 1967.

Para Resende Filho (2014) os livros apesar das reformas no ensino, não mudou muito com relação aos conteúdos, continuava apresentando conceitos tradicionais e descritivos, o que havia mudado era a forma como o abordava, o professor tinha pouca liberdade de escolha sobre o que estava nos livros didáticos.

Apesar disto, Gomes (2009)

Ao analisar os livros didáticos do período, nota-se que há uma grande diferença entre eles, a começar por aqueles que se destinavam exclusivamente aos Estudos Sociais, com conteúdos diferenciados, muito atrelados ao Guia Curricular para Estudos Sociais e outros livros didáticos que eram exclusivamente de uma disciplina: Geografia ou História, destinada à área de Estudos Sociais com conteúdos específicos de suas respectivas disciplinas. (p.3)

Ou seja, os conteúdos dos livros didáticos de Geografia apresentavam uma diferença entre eles, até mesmo pela grande quantidade de autores e editores que surgiram na época, então cada autor não saindo do que o guia curricular pedia, seguia uma linha de pensamento ou mesmo devido a sua área de formação, que resultava nessa diversidade.

Segundo o autor, alguns livros didático de Geografia a partir da década de 1970 apresentam diferenças em sua abordagem, como ocorreu no livro de Celso Antunes de 1973, em que ele afirma “[...] que não é mais possível estudar a Geografia só vislumbrando a natureza por que as diferenças do mundo atual são muito mais econômicas do que físicas.”(ANTUNES, 1973 apud GOMES, 2009). Além dessa nova abordagem, outros autores elaboraram livros com várias ilustrações como mapas e imagens que auxiliam o professor em sala de aula. Pode ser que esta seja a introdução de forma sutil da Geografia crítica no livro didático.

De acordo com Filgueiras (2015) com o acelerado crescimento do ensino primário e secundário existiu também a necessidade de uma nova concepção de educação para estes níveis de ensino e de uma política que efetivasse a permanência dos alunos nas escolas. A autora aponta o alto preço dos livros como um fator de evasão escolar, o que se tornou um assunto de bastante discussão no Congresso nacional naquele período.

Nos anos 1966, os militares criaram o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) que para Filgueiras (2015) teve como objetivo incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do MEC relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. Já em 1967, foi criado a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a qual tinha por objetivo a distribuição gratuita ou a venda a preço de custo, para suprir a demanda do novo “público” que estava chegando às escolas e não possuíam poder aquisitivo para adquirir os livros didáticos.

Ainda de acordo com Filgueiras (2015) os integrantes do colegiado da COLTED eram educadores e técnicos do MEC que já atuavam no âmbito do Ministério e de outros órgãos públicos desde os anos 1950 e representantes da USAID, miss Alice Palmer e Campbell devido aos acordos realizados entre Brasil e EUA para o financiamento da

produção didática. Os EUA se mantendo ao lado do militares brasileiros para ditar as novas regras que o país deveria seguir, de forma a defender os seus interesses econômicos no país. Até 1971, Guimarães (2012) expõe que através da COLTED os militares adquiriram grande quantidade de livros, tornando-o principal negócio da indústria editorial.

Araújo (2015) enfatiza que o acordo MEC/USAID assim como com os outros países sul-americanos tinha o objetivo de introjetar ideologias, com a finalidade de impedir a disseminação de ideias comunistas no continente. E claro, esta era uma forma de “recolonizar” o país.

Para a utilização adequada desses novos materiais didáticos a partir dos anos 1968 foram realizados Programas de Treinamento de Professores Primários, os quais foram de acordo com Filgueiras (2015) produzidos dois manuais: *Como utilizar o livro didático* e *O livro didático: sua utilização em classe*, coordenado por Elza Nascimento Alves. A partir da década de 70 começou a formulação de livros didáticos acompanhados de um material para os professores, que de acordo com Silva (2006 apud Araújo, 2015, p.87) essa era uma preocupação com a “formação instável” dos professores, ou seja, uma dita “solução” para o problema criado por eles.

Filgueiras (2015) relata ainda que a partir de 1969 os trabalhos da COLTED passaram a receber maior fiscalização. Em junho do mesmo ano a diretoria da COLTED recebeu uma denúncia anônima que acusava de subversivo o manual *O livro didático: sua utilização em classe*. No mesmo ano foi nomeado o coronel Ary Leonardo Pereira como novo diretor executivo da COLTED, o qual criticou os princípios filosóficos usados no manual. Segundo a autora, a COLTED foi extinta em 1971, embora não haja documentação comprobatória de sua extinção, há relatos de que estava envolvida com escândalos.

A FENAME criada um ano depois da criação da COLTED, que tinha como propósito a distribuição de materiais escolares para atender os alunos de baixa renda, o qual possuía como material de distribuição: cadernos e blocos de papel; cadernos de exercício; peças, coleções e aparelhos para o estudo das matérias escolares; guias metodológicos; dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de consulta; material para ensino audiovisual das disciplinas de grau elementar, médio e superior. (FILGUEIRAS, 2015).

De acordo com FNDE (2014 apud OLIVEIRA; CORDENONSI 2015, p.372) em 1976 devido a insuficiência de recursos para atender todos os estudantes do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas públicas é excluída do FENAME. A FENAME foi extinta em 1983, e em seu lugar foi criada a Fundação de Assistência aos Estudantes (FAE) para atender o mesmo perfil de “público”. A FENAME foi um programa para atender as urgências do regime militar, mas não conseguiu chegar aos seus objetivos com a

população, porém foi um instrumento muito importante de disseminação do ideário do período.

Conforme mencionado anteriormente, o livro didático de Geografia nesse período passou por diversas circunstâncias as quais interferiram diretamente em seu conteúdo, as reformas educacionais e o incentivo às indústrias editoriais que despertou o interesse de vários autores para a elaboração de livros didáticos, resultou em uma grande quantidade de livros didáticos de Geografia e/ou Estudos Sociais com linhas de pensamentos diferenciadas. Com essas novas mudanças nos livros didáticos foi necessário a elaboração de um manual de utilização do mesmo, devido também a formação precária dos novos professores que surgiram àquela época.

Na sequência trataremos dos estudos sobre a política educacional durante a ditadura militar.

4.5 Aspectos da política educacional no período militar brasileiro

Apresentamos na tabela 5 os dados organizados sobre os aspectos para a política educacional do período da ditadura militar.

TABELA 5- Estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1964 até os dias atuais, relacionados a política educacional do regime militar brasileiro, organizados por título, autor, instituição, data e formato

POLÍTICA EDUCACIONAL			
TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos	POLONI, Delacir Aparecida Ramos	1998	Tese. Universidade de São Paulo
As políticas educacionais durante o regime militar (1964-1985)	FERREIRA, Cynthia Runia	2003	TCC. Universidade Estadual de Campinas
As reformulações do ensino na ditadura militar (1964-1971)	FERORDI, Cintia Regina	2005	TCC. Universidade Estadual Paulista
A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas	LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento	2010	Tese. Universidade Federal Fluminense
Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)	GERMANO, José Willington	2011	Livro. Ed. Cortez

As políticas educacionais do período da ditadura militar brasileira foram muito severas e atingiram desde os anos iniciais do então Ensino de primeiro grau, atual Ensino Fundamental, até as universidades.

A educação além de ser utilizada como instrumento de manipulação em massa, apresentaria graves riscos para o “regime” instaurado, pois sabiam que se não contivessem de forma severa os atos contra o regime, não conseguiriam permanecer no poder por muito tempo.

A partir de 1964 começou então as repressões aos estudantes que se declaravam contra a ditadura, a Lei nº 4464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em que o mesmo era ministro da educação, que:

Colocou na ilegalidade as entidades estudantis, como: União Nacional dos Estudantes (UNE), e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA) que era restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) no âmbito das universidades. (LIRA, 2010, p.63).

Dessa forma conseguiram fragmentar os grupos nacionais estudantis, que não poderiam se articular e acabaram perdendo força. Além do mais, de acordo com o mesmo autor, foi vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário ou qualquer manifestação contra o regime militar. Deste modo, este era um bloqueio a qualquer expressão ideológica dentro das escolas e universidades.

Ainda segundo o autor, um dos instrumentos legais de repressão mais importante para os militares foi o Decreto nº 477, conhecido como AI-5 de fevereiro de 1969, que atribuiu às autoridades universitárias e educacionais do MEC o poder de desligar e suspender estudantes por até três anos, expulsão e impedimento de matrícula em qualquer escola de nível superior no país durante cinco anos, se for pego envolvido em atividades subversivas.

Para Germano (2011) o real interesse dos militares pela educação primeiramente se manifesta através da repressão de professores e alunos “indesejáveis” ao “regime” através do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, pois por meio deste controle conseguiriam adesão de mais pessoas ao interesse dos militares através da alienação dos mesmos.

A política educacional implantada era, portanto, conforme apontam os estudos, de cunho liberal e visavam a produção de capital, por isso um ensino técnico profissionalizante, pois o seu principal interesse era a formação de operários padronizados e sem nenhuma discordância com o sistema implantado.

Conforme aponta Ferreira (2003) a ditadura privilegiou abertamente a desigualdade social, onde o acúmulo de capital e a política educacional (que é parte integrante da política social, onde esta é uma estratégia utilizada pelo Estado voltada para o desenvolvimento econômico) favoreceram a elite. A política educacional do período foi sem dúvida como aponta o autor uma ferramenta para sustentar a hegemonia da classe dominante e oprimir ainda mais as classes baixas, esse jamais foi uma forma de governo preocupado com a economia do país, mas sim de uma determinada parcela da população brasileira.

Um dos meios utilizado para amansar e enfraquecer a sociedade foram a manutenção de disciplinas em sala de aula o qual tinham o objetivo de manter a ordem social, como a já citada disciplina Educação Moral e Cívica, que segundo Germano (2011) tinha como princípio de conteúdo obediência, organização, respeito à pátria, à ordem e instituições. Justamente para que estes que estavam sendo formados ajudassem a manter a ordem e fossem seus aliados contra atos submersíveis.

Em 1975 foi criado a Coordenação de Pré-escolar e lançou no mesmo ano o Plano Nacional de Pós-Graduação, que de acordo com Lira (2010) serviu para formar professores para lecionarem em universidades, a fim de atender a demanda quantitativa deste ensino. Uma forma de produzir professores universitários em um tempo mínimo.

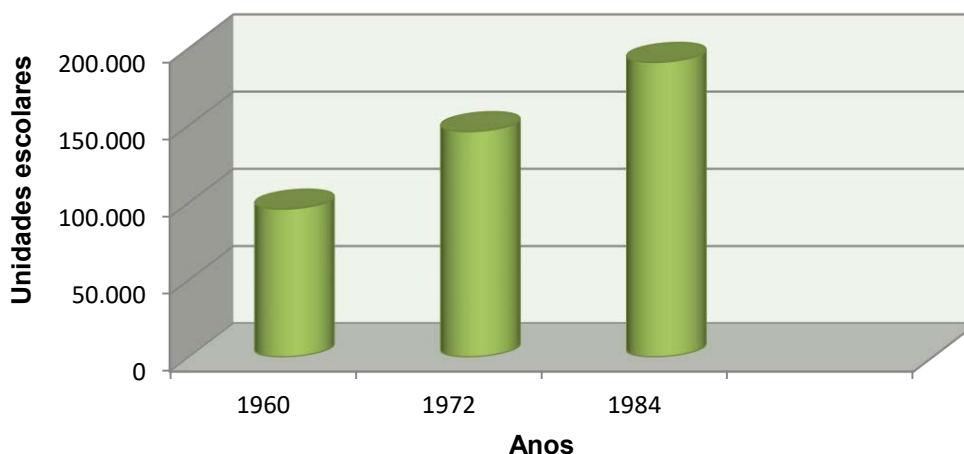
A educação e a cultura no país submeteram-se à lógica das políticas internacionais. Assim, de acordo com Poloni (1998), foram firmados 12 acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (MEC-USAID) entre os anos de 1964 e 1968, o que comprometeu a política educacional do país, levando ao tecnicismo exacerbado. Esses acordos se materializaram na complementação da LBD de nº 5692, de 1971, que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus, imprimindo um caráter profissionalizante.

Para agravar mais a situação a que estava o ensino, a educação do setor privado foi incentivada pelos militares, de acordo com a Constituição Federal de 1967, Art. 168, § 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo. De acordo com Ferreira (2003) com o prolongamento da obrigatoriedade do ensino primário de quatro para oito anos, as instituições privadas se sentiram desfavorecidas e partiram para outras áreas de atuação como: cursinhos pré-vestibulares, supletivo, graduação e pós-graduação.

Então desde o ensino básico o aluno proveniente de uma classe baixa e que não conseguisse pagar uma escola, tinha o direito de estudar em uma escola pública, se caso não houvesse vaga para ele na escola pública, os militares concediam bolsas de estudos em escolas privadas. Para os militares a concessão de bolsas se tornava mais vantajoso do

ponto de vista econômico, pois não teriam gastos com prédios, materiais escolares, salário de professores entre outros gastos que saem mais “rentável” através destas. O gráfico 2, apresenta a relação do número de escolas públicas federais entre a década de 1960 e 1984, ano fim da ditadura, em que esse número quase duplicou.

GRÁFICO 2: UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO COMUM/ 1º GRAU 1960-1984



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v.23, 1962; Anuário Estatístico do Brasil 1972. Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 1972; Anuário Estatístico do Brasil 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v.46, 1985.

Para Poloni (1998) muitos abusos foram cometidos no âmbito educacional, a farsa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)³, do Ensino Supletivo, a exploração dos cursinhos, entre outros, que serviram de álibi para um sistema educacional totalmente elitista e excludente.

O resultado da ação na educação foi uma das grandes preocupações dos grupos que atuaram no âmbito do Estado após 1964, pois o regime necessitava, tanto de técnicos altamente qualificados quanto de mão de obra desqualificada. Mão de obra desqualificada e “dócil”, resultados estes que alcançaram através da política educacional para o crescimento econômico do “país”.

O número de escolas foi expandido, um maior número de pessoas pôde frequentar a escola e nela aprendiam que o Brasil era um país democrático, católico e alinhado ao mundo ocidental. Mesmo com o aumento das escolas, a demanda ainda era grande, como

³ De acordo com Beluzo e Toniosso (2015) o Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967 e na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos.

ênfatiza Cunha (1977 apud Amorim, 2009, p. 55.), apesar da política expansionista da educação de má qualidade, muitos brasileiros não conseguiram ter acesso às escolas e uma pequena parcela da classe baixa chegou às universidades.

4.6 Aspectos do legado da ditadura militar no ensino

Considerando a importância do contexto do período analisado, apresentamos a seguir os estudos relacionados a ditadura militar no Brasil e sua relação com o ensino. Os estudos mais relevantes apresentamos na tabela 4.

TABELA 6- Estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1964 até os dias atuais, relacionados a Ditadura Militar brasileira, organizados por título, autor, instituição, data e formato

DITADURA MILITAR			
TÍTULO	AUTOR	DATA	FORMATO
O legado educacional do regime militar	SAVIANI, Demerval	2008	Artigo de revista. Cadernos Cedes
Imprensa e ensino na ditadura	JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco	2008	Parte de monografia/livro – nacional. Universidade Estadual Paulista
Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar	FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa	2008	Artigo de revista. Cadernos Cedes
Entre a ditadura e a democracia : história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP).	BIAZO, Glauber Cícero Ferreira	2014	Tese. Universidade de São Paulo

A Ditadura militar brasileira foi um golpe de Estado tramado entre os empresários e os militares já no final da década de 1950, que de acordo com Saviani (2008), “Em 1959 surgiu o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a primeira organização empresarial especificamente voltada para a ação política. Sua finalidade explícita era combater o comunismo e aquilo que seus membros chamavam de “estilo populista de Juscelino” (p. 294). Assim esses grupos foram se articulando, deram o golpe na nação brasileira e juntos permaneceram 21 anos ditando as regras de como a sociedade brasileira deveria agir.

Foi um período sombrio de muita repressão com punições severas à pessoa ou grupo que se posicionasse contra o Estado. Um período marcado por greves, lutas e massacres e a manipulação da imprensa que também era um veículo para alienar o povo em relação a real situação do país. De acordo com Ferreira (2003) com os militares aprofundou-se a crise econômica e agravou-se o problema social, marginalizando milhões de brasileiros, que sobreviveram entre o desemprego, miséria e a fome.

Conforme consta no ofício nº 050 de 2006, da Universidade de Brasília (UNB) os percussores da democracia foram caçados por todos os âmbitos da sociedade. Nesse período o que diz respeito ao ensino, que é a área de estudo desta pesquisa, os massacres foram vastos, alunos e professores que lutavam pela democracia foram tratados como delinquentes e foram torturados, exilados e até mesmo mortos, como foi o caso do professor Anísio Teixeira, que foi encontrado morto em um fosso de elevador, a suspeita de seu assassinato foi investigado em 2012 pela Comissão de Memória e Verdade da UNB, em que pediram uma audiência pública para discutir as denúncias sobre este caso.

A Universidade de São Paulo (USP) também sofreu violações em sua autonomia, afetando diretamente o Colégio de Aplicação (CA). As manifestações no CA iniciaram com a saída do diretor Prof. Clóvis da Silva Bojikian, que era admirado entre alunos e pais de alunos, a isso, de acordo com Janotti (2008), relacionavam a reestruturação da USP sob as diretrizes dos acordos entre MEC/USAID. Desta forma, os alunos se mobilizaram através de assembleias estudantis com o apoio dos pais e professores, no qual resultou na ocupação do CA. Janotti (2008) expõe através de relatos retirados de jornais da época que houve muita repressão ao movimento dos estudantes tanto por parte do Departamento de Educação da USP, como por parte dos militares, que agiam de forma violenta.

Toda a greve dos alunos do CA foi acompanhada pela mídia jornalística, que deram suas várias versões sobre os fatos, dentre os jornais de maiores circulação que fizeram a cobertura, estavam: *Folha de São Paulo*, *Folha da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Diário da Noite*, *Última Hora* e *Diário Oficial*. Dentre esses, Janotti (2008) informa que o *Diário da Noite*, a *Última Hora* e *Diário Oficial* deram mais espaço para os estudantes, diferente dos outros jornais que apenas se preocupavam em divulgar notícias. Para a autora:

O noticiário de jornais não se limita a uma simples constatação do vivido, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de apreensão do real: o ponto de vista do reporter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal. Todos esses procedimentos acabam por criar outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com uma certa representação simbólica da realidade. (p.7).

Os jornais nesse período foram usados para transmitir os fatos do ponto de vista do Estado, devido a censura posta pelos militares e outros conseguiram transmitir os fatos mais próximos dos fatos reais. Deste modo, os jornais se configuram como importantes documentos de época para os historiadores, segundo Janotti (2008).

Ferreira (2003) aponta também que os militares tinham como intenção reformar as instituições, melhorar a vida de certas camadas da sociedade e viabilizar alguns processos de emancipação da economia brasileira. Não havendo nenhuma intenção de quebrar a hierarquia de classes. Foi uma forma de governo com projetos reformistas. Como a autora frisa, não foram projetos de mudar o país para melhor e reduzir a pobreza, mas sim salientar ainda mais o sofrimento da classe trabalhadora, pois quem mais se beneficiou do “milagre econômico” foi a classe que já detinha o poder.

No âmbito da educação houve um estreitamento na relação Brasil e Estados Unidos através dos empresários que tinham parcerias e amizade com os estadunidenses. Ferreira e Bittar (2008) exprimem que:

No tocante à questão educacional, os tecnocratas defendiam como pressuposto básico a aplicação da “teoria do capital humano”, como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. (p. 343)

Os autores expõem que essa teoria foi elaborada por Theodore W. Schultz (1902-1998). Para ele, a “instrução e a educação” eram, antes de tudo, valores sociais de caráter econômico, uma relação direta entre educação e economia. Essas ideias estadunidense adentraram ao Brasil, e foram a base das reformas educacionais executadas no período militar para o “crescimento econômico”.

A educação também foi marcada pela diferenciação do ensino para classes baixas e dos jovens da classe média alta. Os autores expressam que para a classe baixa o ensino era no máximo o técnico, já para as classes mais altas o conhecimento adquirido nas universidades eram o seu destino. A “cultura” não pertencia às classes mais baixas, para elas, a finalidade da educação se destinava apenas em uma mão de obra mais ou menos qualificada que venderia o seu trabalho a um preço baixo, devido a quantidade de pessoas que se formavam na época.

Para Poloni (1998) o golpe militar de 1964 expressou de forma marcante forças e tendências conservadoras e reacionárias, principalmente na política educacional. E em análise da palestra sobre Educação e Desenvolvimento econômico do ministro Roberto Campos, a autora ressalta que de acordo com o ministro, o ensino médio deveria atender à massa, enquanto o ensino universitário fatalmente deveria continuar reservado às elites.

A reforma nº 5540/68, conforme Biazo (2014) tinha por objetivo aperfeiçoar economicamente a universidade e sintonizar sua estrutura administrativa as novas perspectivas pedagógicas que priorizavam as exigências externas atreladas a produção industrial e ao desenvolvimento econômico. Apesar do constante monitoramento dos militares aos professores e alunos principalmente da USP, os que eram contra o autoritarismo do Estado, conseguiam se articular para resistir a essas repressões.

A ditadura militar de acordo com Ferreira (2003) abalou a nação e fragmentou o caráter brasileiro, alienou as novas gerações, tornando-os incapazes de entenderem a sociedade em que vivem. Esse período obscuro ao qual o Brasil passou teve fim em 15 de março de 1985, quando José Sarney assume a presidência da república. Oliveira e Cordenonsi (2015).

[...] a ditadura brasileira entrou em decadência a partir de 1980, quando o governo não conseguiu mais estimular a economia, controlar a inflação e os níveis crescentes de concentração de renda e de pobreza provenientes de seu projeto econômico, o que possibilitou então o surgimento e ascensão do movimento pró-democracia. (p.368).

No movimento pró-democracia estavam muitos estudantes de todos os níveis, como professores de escolas e universidades fazendo pressão contra os militares, esse foi um movimento muito importante para a queda dos militares.

A ruptura na liberdade que ocorreu também na Geografia, e no sistema como um todo, representa a necessidade de um determinado grupo de pessoas em modificar o sistema em decorrência principalmente da economia. Para a Geografia, os resultados dessas ações se estendem até os dias atuais, não de forma tão imponente e ressaltada, mas de forma mascarada e sutilmente danosa à qualidade da educação.

Segundo Fiori (2012) embora o tempo seja contínuo, têm rupturas e continuidade. Tais rupturas no tempo não são instantes de descontinuidade total com o passado, nem são absolutas, mas se realizam num processo regressivo-progressivo, que contém um pouco do passado no presente, seja nas formas, seja nas ações. Assim entendemos que essas rupturas são as mudanças que ocorrem dentro do sistema através das necessidades da sociedade ou de um grupo em determinado período, não significando que seja algo progressivo, mas que também pode ser regressivo para a maior parte da sociedade, como ocorreu nesse período.

Além dos estudos apresentados nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 outras pesquisas sobre o período estudado foram identificados, porém, não serão aqui analisados, ficando para estudos futuros. Entre eles: Peralva (1992); Greco (2002); Saviani (2010); Lourenço (2011); Viana (2014); Santana (2014) e Pedro (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as bibliografias levantadas para a elaboração desta pesquisa podemos concluir que as reformas no âmbito educacional durante o regime militar brasileiro não foram políticas autoritárias surgidas somente naquele momento, mas compõem um ideário que permeia nossa sociedade desde meados da década de 1920, como foi o caso da criação da disciplina de Estudos Sociais, uma disciplina que estava mais para desinformar aos alunos sobre as suas relações sociais, do que para formar mentes sábias. E porque não dizer então que este é um pensamento muito mais antigo? Pois, para além de uma “simples” reforma na educação, sabemos que este é um sistema que mantém o poder da classe burguesa que vem muito antes do século XX.

O período militar para grande parte da sociedade representou um rompimento na democracia e para outros significou a alienação do vivenciado, pois não sentiram o peso desse rompimento em sua liberdade. Para as pessoas que estavam com os olhos vedados para essa política, acreditaram que o golpe foi consumado para o bem de toda a sociedade, e que os motivos para tal, foram extinguir o comunismo, uma sociedade igualitária e o crescimento econômico que beneficiaria a todos.

Dessa forma os militares conseguiram realizar os seus projetos de dominação em todos os âmbitos. Na educação e principalmente no ensino de Geografia, o qual foi o foco dessa pesquisa, ainda podemos sentir as sequelas deste período. Como por exemplo, nos currículos e nos livros didáticos, em que não há um modelo de acordo com a sociedade em que o aluno está inserido, os livros didáticos não trazem os problemas sociais do bairro ou da cidade do aluno, e nem todos os professores conseguem tratar desses problemas de forma peculiar, devido à formação precária, falta de materiais e/ou por não conseguir se desvincular do uso dos livros ou dos cadernos do aluno do estado de São Paulo, por exemplo.

Durante esse período obscuro para a democracia brasileira, onde toda a forma de um pensar político em que o indivíduo toma posição em relação aos impostos para a sociedade, eis que para a Geografia se torna um momento de perdas e ganhos, ao instante em que lhe é ordenada a calar-se sobre o curso da sociedade diante do autoritarismo imposto pelos militares, em meio a toda essa repressão surge, no Brasil a partir da década de 1970 a Geografia Crítica.

A Geografia Crítica que surgiu no meio acadêmico não chegou às escolas nesse período, no máximo como apontam alguns autores, ela pode ter chegado apenas em alguns livros didáticos, mas não como uma forma de abordagem efetiva, devido esta ser uma linha

de pensamento nova que surgia no Brasil, e os professores não tinham muito contato com a mesma, principalmente pelo controle político, é o que podemos supor, pelo que encontramos nos resultados das pesquisas aqui apresentadas.

Esta nova face da Geografia foi muito importante para o progresso das manifestações a favor da democracia que toma força a partir dos anos finais da década de 1970, quando a ditadura começa a cambalear devido a crise econômica que veio a ocorrer na década de 1980 e as fortes manifestações para a derrubada dos militares do poder.

O ensino de Geografia recebeu repressão dos militares, seja no viés de formação docente, na composição de seu currículo, na sala de aula, nos livros didáticos etc. Os militares viram nas disciplinas da área de humanidades um possível risco a seu poder autoritário, com isso as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia foram introduzidas através de conteúdo didático em Estudos Sociais o qual abrangia de forma superficial os conteúdos pertencente a estas disciplinas, e pode ter contribuído para a formação de alunos alheios a realidade.

A Geografia escolar sofreu grandes perdas, através de censuras a conteúdos importantes, censuras a forma como o professor lecionava e ao material que era usado. Sofreu com a falta de preparação do professor de Geografia que refletia diretamente em suas aulas. Que devido a esse despreparo, e a carência de estudo sobre determinado tema, buscavam por cursos de Aperfeiçoamento de Professor criados pelo IBGE, como forma de colaborar na formação do professor. Porém, cursos como estes eram encontrados principalmente em algumas capitais do país, ou seja, não estavam disponíveis a todos os professores que careciam deste.

Esse período foi sendo superado progressivamente, com a abertura política reivindicaram mudanças na legislação educacional e ao currículo, contribuindo para a volta da Geografia nas escolas em todas as séries.

Refletir sobre esse período em que o Estado e a classe dominante demonstraram de forma agressiva o seu poder sobre a sociedade, se faz necessário para que não esqueçamos os longos 21 anos sem democracia a que fomos submissos. E não foram apenas 21 anos, pois seus resultados ainda podemos sentir até nossos dias. Assim, não devemos permitir passivamente que reformas educacionais nos levem a retrocessos já vividos anteriormente.

Por fim, as ideias e o instrumento de pesquisa aqui apresentados abrem caminhos para possibilidades de pesquisas futuras sobre o ensino de Geografia em nosso país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. *No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

_____ 1972. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972.

_____ 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, 1985.

ARAUJO, Isabella Belmiro. *Os livros didáticos de Geografia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): quando o ensino serviu, em primeiro lugar, para forjar a ideia de “país grande, país potência e em constante desenvolvimento”*. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)*. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOLETIM GEOGRÁFICO, n. 229. Aperfeiçoamento para professor de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 154, 1972.

BOLETIM GEOGRÁFICO, n. 3. Aperfeiçoamento para professor de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 525, 1965.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. *A escola de 1º grau e o currículo*. (1ª parte). 2 ed. Brasília, 1980.

CALLAI, Helena Copetti. Aspectos teórico-prático na formação do professor de Geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; MORAES, Loçandra Borges de (Org). *Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia*. Goiânia: NEPEG, 2010.

CASTELLAR, S. M. V. *A formação de professores e o ensino de Geografia*. *Terra livre*. São Paulo, n. 14, p.48-55, jan./jul., 1999.

_____. O ensino de Geografia e a formação docente. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 103-121.

COUTO, M. A. C.; ANTUNES, C. F. A formação do professor e a relação Escola Básica e universidade: um projeto de educação. *Terra livre*. São Paulo, n. 14, p.30-40, jan./jul., 1999.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociologia*, Campinas, v.27, n.97 set./dez. 2006.

_____. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FERREIRA, Cynthia Runia. *As políticas educacionais durante o regime militar (1964-1985)*. 2003. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *História da Educação*, Santa Maria, v.19 n.45 Jan./Abr. 2015.

FIORI, Vivian. *As condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação*. Tese (Pós- Graduação em Geografia) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 5 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GOMES. Daniel Mendes. *As mudanças nos livros didáticos de Geografia durante a década de 1970: novos atores*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. Natal- RN. 2009.

GROHMANN, Rafael. O conceito de classe social em estudos de recepção brasileiros. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. V. 13, n. 25. 2014.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências reflexões e aprendizados*. 13 ed. Campinas-SP. Papirus, 2012.

JANOTTI, M. L. M. Imprensa e ensino na Ditadura. In: Antonio Celso Ferreira; Holien Gonçalves Bezerra; Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e seu tempo*. 1ed.São Paulo: Unesp, v. 1, p. 95-116, 2008.

KIMURA, Shoko. *Território de luzes e sombras: a proposta de ensino de Geografia da CENP*. *Terra Livre*. São Paulo, SP. Ano XXV. V.1, n. 32, p. 17-30, jan./jun. 2009.

KRASILCHIK, Myriam. *O professor e o currículo das ciências*. EPU: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 55-69, 1987.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

MARTINS, Maria do Carmo. *Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer*. *Educar em Revista*, Curitiba, n.51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MIRA, Marília Marques. *Tecnicismo, neotecnicismo e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUC. 2009.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *A criação das licenciaturas curtas no Brasil*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.45, p. 340 -346, mar. 2012.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. *Scientle Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 97-116, 2008.

OLIVEIRA, Mariana Xavier de; CORDENONSI, Andre Zanki. O discurso dos livros didáticos de Geografia: as diferenças entre o período militar e a primeira quinzena do século XXI. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, São Paulo, v. 29, p. 367-390, 2015.

PINHEIRO, Antonio Carlos. Geografia: ensino e pesquisa. In: ———. *O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses (1967-2003)*. Goiânia. Vieira, 2005.

———. *Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil 1972-2000*. 2003. 277f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

PIZZATO, Maria Dilonê. A Geografia no contexto das reformas educacionais Brasileiras. *Geosul*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 95-137, jul./dez. 2001.

POLONI, Delacir A. R. *A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos*. 1998. 338 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Políticas públicas na trajetória do ensino e da formação dos professores: a construção de conhecimentos. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa (Org). *Formação pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão*. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

RESENDE FILHO, Carlos Moura de. *Livro didático de Estudos Sociais: um tipo de artefato de produção cultural marcado por continuidades e resistências aos ideais da ditadura militar (1970-1980)*. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de

Geografia no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de estudos sociais no Brasil: da Intenção à obrigatoriedade (1930-1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.53, p. 145-178, jan./jun. 2015.

SAVIANI, Dermalva. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p.291-312, set./dez. 2008.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Oliveira, Ariovaldo Umbelino (Org.). *Reformas no Mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia São Paulo*: Contexto, p. 19-34, 1999.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas. Papyrus, p. 187- 217, 2004.

BILBIOGRAFIA CONSULTADA

GRECO, Fátima Aparecida da Silveira. Currículo de Geografia: opção histórica, trama cultural, valores e pressupostos. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia, v.10, n.1, p. 137-158, jul. 2002.

LOURENÇO, Elaine. *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970 - 1990)*. 2011. 316f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PERALVA, Angelina Teixeira. *Reinventando a escola: a luta dos professores públicos do estado de São Paulo, na transição democrática*. 1992.[s.n.], São Paulo, 1992.

SANTANA, Flavia de Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

VIANA, Iêda. O ensino de História na ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos estudos sociais. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.21.1, p.9-30 2014.

SITES CONSULTADOS

Banco de Dados Bibliográficos da USP. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br/>>. Acesso em Setembro de 2016.

Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em Dezembro de 2016.

Biblioteca Digital da UNICAMP. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/>>. Acesso em Setembro de 2016.

Catálogo Athena. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>>. Acesso em Outubro de 2016.

Portal de Periódicos CAPES/MEC. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em Janeiro de 2017.